

Não abdicaremos daquilo que demorou décadas a conquistar para o concelho de Loures

PCP-PEV



JULHO 2012

www.cduloures.org

A população do concelho de Loures esteve durante largas décadas do século XX privada do usufruto da faixa ribeirinha do seu município. Até ao final da década de 90 do século passado, era uma lixeira a céu aberto.

Com a realização da Expo 98 abriu-se, finalmente, uma janela de oportunidade para a devolução desta zona à população, tendo os munícipes de Loures suportado quase uma década de sacrifícios impostos pela concretização das obras necessárias à prossecução daquele objetivo por estarem conscientes da sua necessidade, em nome de um futuro melhor.

Com o fim da Exposição surgiram espaços habitacionais e novas populações, emergiu todo um novo e qualificado espaço urbano dotado de equipamentos e infraestruturas culturais e desportivas, amplas e desafogadas zonas de recreio e lazer, a possibilidade de contacto direto com o rio.

Inexplicavelmente, na década e meia seguinte, os governos permitiram que se arrastasse sem solução, a gestão pela Parque Expo de serviços públicos que, em regra, são municipais, o que criou inúmeras dificuldades à população. Alimentada por esta situação, foi crescendo a infundada ideia de que muitas daquelas contrariedades só seriam ultrapassadas pela integração daquele território num único concelho e freguesia.

O fim da Parque Expo decretado pelo Governo, deu-se em simultâneo com a “reorganização” administrativa do concelho de Lisboa conduzida pelo PS e com o projecto de liquidação de freguesias conduzido pelo Governo assumido pelo PS, PSD e CDS-PP no “acordo” assinado com a troika.

No dia 1 de Junho, aquando da votação do projeto de reorganização administrativa das freguesias do concelho de Lisboa na Assembleia da República, PS e PSD uniram-se para aprovar a criação da freguesia do Parque das Nações no concelho de Lisboa, nela

incluindo territórios pertencentes às freguesias de Moscavide e Sacavém que integram o concelho de Loures.

PS e PSD consoante o órgão em que se encontram, votam e agem de acordo com lógicas e interesses internos e ganhos eleitorais e políticos que consideram relevantes e não de acordo com os interesses da população. Na Assembleia da República votam a favor e em Loures (Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia) votam contra.

A verificar-se o que o PSD e PS aprovaram, as populações de Sacavém e Moscavide veriam perder-se a capacidade de decidir e intervir naquela importante zona de expansão das suas freguesias ficando à mercê das lógicas, interesses e estratégias de Lisboa e sem a capacidade de participar nas decisões através dos órgãos que elegem.

Estas zonas do Concelho ver-se-iam assim, na situação de subalternização face à estratégia da Câmara de Lisboa, a qual, poderia, a todo o momento, atribuir preferências de investimento e desenvolvimento a outras zonas da cidade, designadamente de maior centralidade ou de interesse turístico.

A CDU não aceita esta situação.

Tanto o projeto de liquidação de freguesias, como a retirada de território do concelho, ainda por cima uma das zonas que são de grande importância para a qualidade de vida das populações, não são de aceitar.

Por estas razões a CDU continua a bater-se contra as ilegalidades e inconstitucionalidades deste processo, apelando às populações envolvidas para que façam ouvir a sua voz junto dos seus órgãos do poder local.